

Relatório & Contas

31 de dezembro de 2024

minhocom



Índice

A) RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2. ATIVIDADE DA ENTIDADE	23
3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	27
4. PERSPETIVAS FUTURAS	27
5. AÇÕES PRÓPRIAS	28
6. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	28
7. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	28
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	28
9. OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	29
10. IMPACTO DOS CONFLITOS ARMADOS E DA GUERRA COMERCIAL NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
11. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	31
12. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
13. NOTA FINAL	32
B) ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	33
C) ÓRGÃOS SOCIAIS	34
D) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	35
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	35
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2024	37
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2023	38
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	39
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	40
E) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	65
F) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	67

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2024.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

A economia mundial manteve em 2024 um ritmo de crescimento moderado, refletindo o crescimento significativo dos serviços, em especial do turismo, o forte dinamismo do mercado de trabalho nas economias avançadas, o alívio das pressões inflacionistas e a diminuição gradual das taxas de juro. De acordo com as projeções do Banco Central Europeu (BCE), o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresce a uma taxa anual de 3,1%, entre 2024 e 2026. A estabilidade do crescimento global reflete uma ligeira recuperação nas economias avançadas, enquanto nas economias de mercado emergentes se espera uma desaceleração do PIB no horizonte da projeção. Ainda assim, o crescimento da economia mundial foi liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), com a área do euro a continuar a dar sinais de fragilidade, devido essencialmente à fraqueza da produção industrial da Alemanha, num contexto de fraca procura interna e externa. As pressões desinflacionistas intensificaram-se na generalidade das economias avançadas, com exceção do Japão, em resultado da desaceleração dos preços de energia. Os mercados financeiros recuperaram e o euro valorizou-se face ao dólar.

O PIB da economia norte-americana manteve um forte crescimento ao longo de 2024, em resultado de uma procura interna robusta e de um mercado de trabalho favorável. Quanto à evolução da economia da China, o PIB registou um crescimento de 5% em termos homólogos, devido sobretudo ao desempenho da atividade exportadora, cujas vendas de mercadorias ao exterior registaram um crescimento de 10,8% em termos homólogos reais. Ao longo de 2024, assistiu-se a uma maior divergência de crescimento entre as diferenças zonas geográficas, enquanto nos EUA, Japão, Reino

Unido e Brasil os indicadores mostraram um crescimento sólido, no Canadá, Rússia, China e, sobretudo, na área do euro, aumentaram os sinais de enfraquecimento da atividade.

A economia da área do euro apresenta uma ligeira recuperação, mas mantém um fraco crescimento. As projeções do BCE apontam para um crescimento de 0,9% em 2024, suportado por evoluções positivas em países cuja estrutura produtiva está mais orientada para os serviços. Aliás, esta evolução esconde uma dispersão significativa entre países, com destaque para a contínua fragilidade da economia alemã. O fraco desempenho da economia da área do euro foi sobretudo influenciado pela deterioração da atividade da indústria, especialmente na Alemanha.

Indicadores Macroeconómicos	2022	2023	2024 ^(e)
PIB:			
EUA	2,5	2,9	2,7
União Europeia	3,5	0,4	1,0
Área Euro	3,5	0,4	0,9
Japão	1,2	1,7	0,2

Fonte: GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) – estimativa

As pressões inflacionistas atenuaram-se, mas a taxa de inflação subjacente manteve-se elevada. A inflação registou uma trajetória descendente nas economias avançadas (com exceção do Japão) ao longo de 2024, refletindo o desvanecimento de choques anteriores sobre a oferta e a restritividade da política monetária dos principais bancos centrais. Não obstante, persistiram dinâmicas diferentes entre os países, com a taxa de inflação subjacente (*i.e.*, excluindo a energia e os produtos alimentares) a permanecer elevada nos países da OCDE - Organização Europeia de Cooperação Económica, situando-se em 6%, em média, no decorrer de 2024 (7% em 2023), condicionando a ação futura da política monetária dos bancos centrais. Nos EUA, a taxa de inflação homóloga caiu para 2,6%, em média no decorrer de 2024 (média de 4,1% em 2023). Na área do euro, a taxa de inflação está igualmente em desaceleração e foi de 2,3%, em média, no conjunto dos nove primeiros meses do ano (5,4% em 2023), salientando-se a descida acentuada dos preços dos produtos alimentares e a quebra dos preços de energia traduzindo a descida dos preços do petróleo e o efeito de base.

Indicadores Macroeconómicos	2022	2023	2024 ^(e)
Inflação:			
EUA	8,0	4,1	2,6
União Europeia	8,4	5,4	2,3
Área Euro	8,4	5,4	2,3
Japão	2,5	3,3	2,2
Taxa de Desemprego:			
EUA	3,6	3,6	4,2
União Europeia	6,2	6,1	5,9
Área Euro	6,8	6,6	6,3
Japão	2,6	2,6	2,5
Índice de Produção Industrial:			
EUA	3,4	0,2	-0,3
União Europeia	2,8	-1,8	-2,0
Área Euro	2,1	-2,1	-2,4
Japão	0,0	-1,4	-0,1

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

O preço médio do petróleo *Brent* situou-se em 82 USD/bbl (75€/bbl) no decorrer do ano de 2024, sensivelmente em linha com o observado em 2023. Apesar do recente agravamento das tensões no Médio Oriente, o preço do petróleo *brent* caiu abruptamente em setembro, influenciado por uma redução da procura mundial associada ao abrandamento da economia chinesa e a expectativa de aumento da produção na Arábia Saudita. Igualmente, o preço do gás natural de referência da Europa (*Dutch TTF*) apresentou uma tendência descendente ao longo do ano, situando-se em média de 32€/MWh no decorrer de 2024, tendo diminuído para níveis inferiores aos prevalecentes antes da guerra na Ucrânia e associado ao acautelamento das reservas de gás natural e à crescente substituição das importações provenientes da Rússia por outros fornecedores.

Matérias-primas	2022	2023	2024
Petróleo Brent USD/Barril (1)	98,6	82,2	82,0

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD

Os mercados financeiros internacionais recuperaram. Apesar da instabilidade do panorama geopolítico global, com o prolongamento da guerra Rússia-Ucrânia e aumento das tensões em torno do conflito no Médio Oriente, os índices bolsistas internacionais (EUA, área do euro e China) apresentaram fortes subidas, refletindo uma política monetária menos restritiva, com uma descida das taxas de juro dos bancos centrais dos EUA e da área do euro e dos empréstimos à habitação na China, a fim de mitigar a crise do setor imobiliário e atenuar os riscos de deflação. Assim, os índices bolsistas dos EUA e da área do euro valorizaram-se em 12% e 11% em termos acumulados, respetivamente, ao longo de 2024.

No contexto de descida gradual da taxa de inflação, a política monetária tornou-se menos restritiva na generalidade das economias avançadas, com exceção do Japão. Os principais bancos centrais já iniciaram o processo de redução da restritividade da política monetária através da descida das taxas de juro diretoras. A Reserva Federal dos EUA deu início, em setembro, à redução das taxas de juro de referência (*fed funds*), para se situarem no intervalo entre 4,50% e 4,75%, no final do ano de 2024. Por seu lado, na área do euro, o BCE procedeu também em setembro, à redução das taxas de juro diretoras em 60 e 25 pontos base, cujas taxas das operações principais de refinanciamento e de facilidade permanente de depósito situaram-se em 3,40% e 3,25%, respetivamente (4,5% e 4% no final de 2023).

Taxas de Juro Referência	2022	2023	2024
Área do Euro	2,50	4,50	3,40
EUA	4,25 a 4,50	5,25 a 5,50	4,50 a 4,75
Japão	-0,10	-0,10	0,15 a 0,25
Reino Unido	3,50	5,25	5,00

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Porcentagem, no final do período

Assim, no final de dezembro de 2024, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 2,92%, 2,68% e 2,43%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo diminuíram para 4,85% no final de 2024.

Taxas de Juro Mercado Monetário	2022	2023	2024
Zona Euro			
Ester	1,89	3,91	2,92
Euribor 1 mês	1,88	3,86	2,99
Euribor 3 meses	2,13	3,91	2,92
Euribor 6 meses	2,73	3,86	2,68
Euribor 12 meses	3,29	3,53	2,43
EUA			
Libor 3 meses	4,77	5,59	4,85
Reino Unido			
Libor 3 meses	3,87	5,32	5,32
Japão			
Tonar 3 meses	-0,02.	-0,04	0,23

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Nos mercados cambiais, o euro registou uma apreciação em termos ponderados, ao longo de 2024 face ao dólar, situando-se em 1,039 no final de dezembro de 2024.

Divisas	2022	2023	2024
EUR/USD	1,067	1,105	1,039
EUR/JPY	140,66	156,33	162,87
EUR/GBP	0,887	0,869	0,829
EUR/CHF	0,985	0,926	0,941

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

Concluindo, o enquadramento internacional e financeiro aporta riscos para a atividade económica mundial, nomeadamente: a possibilidade de agravamento dos conflitos associados à invasão da Ucrânia pela Rússia e no Médio Oriente; e refletindo o resultado das eleições presenciais nos EUA, o aumento das tensões comerciais com a China e o aumento do protecionismo. Os indicadores mais recentes sugerem um abrandamento da economia mundial, sendo de destacar a deterioração das expectativas dos agentes económicos para os próximos 12 meses, as quais atingiram o nível mais baixo em quase dois anos, em resultado da moderação do crescimento económico e do aumento dos riscos geopolíticos.

1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa apresentou um desempenho favorável em 2024, apesar de ter abrandado face a 2023. A atividade económica em Portugal deverá crescer 1,9% em 2024, 2,1% em 2025 e 2,2% em 2026. A inflação deverá reduzir-se para 2,6% em 2024 e fixar-se em valores consistentes com a estabilidade de preços nos anos seguintes. Estas projeções traduzem-se na manutenção da convergência da economia portuguesa para os níveis de rendimento europeus e num diferencial de inflação face à área do euro aproximadamente nulo. Por outro lado, o dinamismo do rendimento disponível continuará a refletir uma evolução favorável do mercado de trabalho, com aumento do emprego e dos salários, e o impacto das medidas orçamentais. A transição gradual para taxas de juro mais baixas e as entradas de fundos europeus apoiarão um maior crescimento do investimento.

A atividade económica portuguesa foi sustentada pelo consumo privado e pelas exportações em 2024 e é expectável que acelere em 2025-26, refletindo o dinamismo do investimento. As exportações de bens e serviços mantêm um contributo importante para o crescimento no horizonte da projeção. Projeta-se também um aumento significativo do contributo do investimento em 2025-26. O contributo do consumo privado no período é consistente com uma estabilização do seu peso no PIB, em termos reais, e um aumento da taxa de poupança.

O consumo privado cresce moderadamente face ao dinamismo do rendimento real em 2024, refletindo fatores propícios ao aumento da poupança. Projetam-se taxas de crescimento do consumo privado de 2,5% em 2024, 2,3% em 2025 e 1,9% em 2026. O rendimento disponível deverá crescer 6,6% em 2024, uma taxa elevada em termos históricos, que resulta da situação favorável do mercado de trabalho, do aumento das pensões e do impacto da redução do IRS. A taxa de poupança aumenta para 11,5% no ano (8,0% em 2023), um valor historicamente elevado num contexto não recessivo. A subida da taxa de poupança das famílias em 2024 reflete o alisamento habitual das despesas de consumo face a um aumento do rendimento, mas é potenciada pelo regime de taxas de juro positivas, que contrasta com os valores próximos de zero que caracterizaram a década anterior à pandemia. As taxas de juro mais altas aumentam o custo de oportunidade do consumo, ao tornarem mais atrativo o retorno das aplicações financeiras e a amortização de empréstimos.

Indicadores Macroeconómicos	2022	2023	2024 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	5,6	2,0	2,5
- Consumo Público	1,7	0,6	1,0
- FBCF	3,3	3,6	2,2
- Exportações	17,2	3,5	5,3
- Importações	11,3	1,7	7,0
- PIBpm	7,0	2,5	1,9
Inflação	8,1	5,3	2,6
Índice de Produção Industrial - IT	1,7	-3,6	0,0
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	22,0	-3,5	2,4
Índice PSI 20	2,8	11,7	-0,9
Taxa de Desemprego	6,1	6,5	6,1

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e) - Estimativa

O investimento abranda em 2024, mas espera-se um maior dinamismo em 2025-26 com o alívio das condições financeiras, a melhoria das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus. O crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo em 2024 deverá ser moderado (2,2%) e concentrado no setor público. O investimento empresarial e o das famílias em habitação têm sido penalizados pela restritividade das condições financeiras.

No mercado de trabalho, o emprego deverá continuar a crescer e a taxa de desemprego permanecerá baixa, num contexto de aumento da atividade e de fluxos imigratórios significativos. A população ativa, que representa o potencial de criação de emprego, deverá continuar a aumentar. A imigração, que se traduz num aumento da taxa de atividade, tem sido uma peça fundamental no crescimento do emprego. Estes imigrantes colmataram a necessidade de mão de obra na generalidade dos setores, com destaque para a agricultura e pesca, indústria, construção, comércio, alojamento e restauração e serviços administrativos. O salário por trabalhador no total da economia abranda no período de projeção, em linha com a redução das expectativas de inflação. Os salários reais deverão aumentar 4,6% em 2024 (após 3,5% em 2023), sendo os ganhos mais moderados e alinhados com o crescimento da produtividade em 2025 e 2026.

A inflação reduz-se para 2,6% em 2024 e estabiliza em 2% em 2025-26, num contexto de desaceleração dos custos salariais e de pressões externas moderadas. Na área do euro, as pressões inflacionistas têm vindo também a reduzir-se, com a inflação a aproximar-se do objetivo de estabilidade de preços do BCE.

A resistência da economia aos choques recentes é reflexo do progresso verificado na redução de desequilíbrios macroeconómicos e outras fragilidades estruturais. A diminuição dos rácios de dívida privada, pública e externa implicou uma menor vulnerabilidade ao choque das taxas de juro. O mercado de trabalho tem-se revelado robusto e flexível, com o impacto do envelhecimento da população a ser contrariado pela imigração e pelo aumento da taxa de atividade. Refira-se também a melhoria das qualificações da força de trabalho, o que suporta o desenvolvimento de atividades de maior valor acrescentado e se reflete no aumento da produtividade e em ganhos de competitividade nos mercados externos.

Concluindo, a economia portuguesa enfrentará desafios importantes no futuro próximo, associados às transformações tecnológicas, ao impacto das alterações geopolíticas e à gestão da transição climática. Um instrumento para fazer face a estes desafios é o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que requer um esforço determinado para acelerar a execução dos projetos e das reformas associadas. Quanto à política orçamental, a sua orientação expansionista em todos os anos do horizonte de projeção, num contexto em que o PIB se encontra acima do seu potencial, gerará a necessidade de um ajustamento posterior numa fase menos favorável do ciclo económico. Assim, a redução sustentada do rácio da dívida pública não deverá abrandar o ritmo, pois representa um elemento fundamental para a estabilidade macroeconómica e para o crescimento das gerações presentes e futuras.

1.3 O setor das telecomunicações

O setor das telecomunicações é um dos setores mais dinâmicos da economia mundial. De acordo com a consultora IDC, em 2024, o mercado global das telecomunicações deverá atingir uma faturação de 1.554 mil milhões de dólares, com a China a manter-se como o maior mercado, seguida dos Estados Unidos e da Índia. As receitas dos operadores a nível global registaram um crescimento de 2,4% face a 2023, representando a maior taxa de crescimento anual dos últimos 12 anos.

A evolução do setor tem sido impulsionada por diversos fatores, com destaque para o crescimento da utilização de dados móveis e das aplicações M2M (*machine-to-machine*), que compensam a redução do consumo de serviços de voz móvel e de mensagens. O segmento de serviços de dados fixos registou um crescimento contínuo, impulsionado pela crescente procura por maior largura de banda, enquanto os serviços de voz fixa mantêm uma trajetória de redução.

Já o segmento dos serviços de televisão paga deverá continuar a registar uma redução na faturação, em resultado da migração dos consumidores para serviços de vídeo-*on-demand* e plataformas OTT de *streaming*.

No que diz respeito à utilização de serviços de telecomunicações pela população mundial, 2024 registou um crescimento, aproximando-se do acesso universal à internet. Esta evolução deve-se, sobretudo, à expansão da cobertura de redes móveis de banda larga, que permitiu alcançar 96% da população mundial com acesso a este tipo de infraestrutura. No entanto, persistem desigualdades regionais, sendo que, nas zonas rurais de países com baixos rendimentos, cerca de 30% da população continua sem acesso à internet que seja móvel ou fixa.

Persiste ainda uma disparidade significativa no acesso à internet entre zonas urbanas e rurais, particularmente em países com rendimentos mais baixos. Este cenário evidencia a relação direta entre o uso da internet e o nível de desenvolvimento económico, demonstrando que há desafios consideráveis a serem superados para promover uma maior inclusão digital.

Relativamente às perspetivas de atingimento de paridade de género na utilização de internet no mundo, manteve-se uma evolução favorável, ainda que lenta, sendo que em certas regiões do planeta com baixos rendimentos, continua a ser uma perspetiva distante.

Em 2024, as subscrições de serviços de banda larga mantiveram um crescimento positivo. No entanto, nos últimos cinco anos, o crescimento médio das subscrições de serviços de banda larga móvel diminuiu para 5% a nível mundial, enquanto os serviços de banda larga registaram um crescimento médio 5,9% ao ano, refletindo também a redução nos serviços telefónicos fixos.

O acesso à internet tornou-se globalmente mais acessível, ainda que em muitos países, a internet fixa não esteja disponível ou apresente um preço proibitivo para a maioria da população, devido à falta de infraestruturas, escassez de investimento, desafios regulatórios e aos elevados custos de expansão da cobertura das redes fixas em zonas sem serviços. Adicionalmente, o custo típico de uma subscrição de um serviço básico de banda larga móvel em países de baixo rendimento é, segundo a União Internacional de Telecomunicações (U.I.T.), equivalente a 7,4% do rendimento médio desses países, representando uma redução de 1,2 p.p. em relação ao ano anterior, mas ainda assim, cerca de vinte vezes mais elevado que nos países de rendimentos mais elevados.

Ainda neste ano, o investimento em infraestruturas de rede fixa e móvel manteve-se significativo, essencial para atender às crescentes necessidades dos consumidores. Desde o lançamento comercial das primeiras redes 5G, em 2019, o progresso tem sido notável, permitindo que, em 2024, 51% da população mundial tenha acesso a uma ou mais redes 5G (45% em 2023). Contudo, persiste uma grande disparidade entre a cobertura 5G nos países mais desenvolvidos (84%) e nos países menos desenvolvidos (apenas 4%), bem como entre zonas urbanas (67%) e zonas rurais (29%).

Em 2024, o tráfego de internet mundial continuou a crescer, com o tráfego proveniente de serviços de banda larga móvel estimado em um crescimento de 30%, superando o crescimento de 18% do tráfego gerado por redes fixas.

De acordo a U.I.T., alguns dados caracterizam a sociedade digital mundial no final do ano de 2024, a destacar:

- ✓ Cerca de 68% da população mundial tem acesso à internet (5,5 mil milhões de pessoas), um crescimento de 3 p.p. face ao ano anterior;
- ✓ Nos países com rendimentos elevados, 93% dos habitantes usam internet, enquanto nos países com baixos rendimentos a utilização situa-se nos 27%;
- ✓ As populações mais jovens têm mais acesso à internet do que outros grupos etários, 79% na população mundial entre os 15 e os 24 anos, e de 66% nos restantes grupos etários, o que traduz uma aproximação entre ambos;
- ✓ A percentagem da população com acesso à internet na Europa atingiu 91%, mais 1,3 p.p. face ao ano anterior. No entanto, a região foi ultrapassada pela Comunidade de Estados Independentes (CIS), que registou a maior cobertura global, com 92%.

O ano de 2024 será ainda marcado como o ano em que a IA (Inteligência Artificial) conquistou o protagonismo mediático, destacando-se como um dos principais focos da atenção mundial. A economia global direcionou-se para as potencialidades desta tecnologia, seja na vertente das ferramentas de IA generativa (como o ChatGPT), seja em outras áreas, que, em conjunto, impulsionaram a adoção em larga escala da Inteligência Artificial e, conseqüentemente, redefiniram o rumo de várias indústrias.

A IA tornou-se uma das tecnologias mais disruptivas de sempre, com o potencial para automatizar tarefas, criar perspetivas e melhorar a tomada de decisão, promovendo uma transformação sem paralelo na sociedade e na economia. Trouxe também um conjunto de preocupações éticas e sociais, dada a sua capacidade para reforçar preconceitos, disseminar desinformação ou violar a privacidade, sendo, portanto indispensável a sua adoção segundo princípios de utilização responsável e inclusiva.

A nível internacional, em 2024, o setor das telecomunicações ficou marcado pelas seguintes tendências e movimentos:

i. Adoção de IA:

- ✓ Começou a revolucionar o setor das telecomunicações, através da “*network automation*” e da melhoria da segurança das redes e da experiência de cliente;
- ✓ Tornou-se no principal “*game changer*” do setor das redes móveis e num dos pilares desta indústria, uma vez que permite melhorar os resultados da rede a todos os níveis;
- ✓ Os operadores com rede vão crescentemente alavancar o uso de IA para otimizar o desempenho, obter previsão das necessidades de manutenção, melhorar a gestão do tráfego e garantir conectividade com eficácia e confiabilidade.

ii. Redes (móveis ou fixas) Abertas, Partilhadas e Colaborativas:

- ✓ A crescente colaboração e parceria entre redes móveis terrestres e operadores de redes de satélites comprova a mudança para abordagens de redes abertas e colaborativas;
- ✓ O modelo de “*resource sharing*” permitiu novas oportunidades de parceria entre operadores móveis, nomeadamente através de DSS (*Dynamic Spectrum Sharing*), permitindo otimizar o uso de espectro, atribuindo dinamicamente bandas de frequências rádio em função de picos de procura;
- ✓ O modelo NHN (***Neutral Host Networks***) permite que diversos operadores partilhem infraestruturas rádio em locais de elevado tráfego, como estádios, aeroportos e centros comerciais, alavancando equipamentos rádio partilhados e sistemas de antenas distribuídas, garantindo menores custos de implementação e melhores coberturas de rede móvel;
- ✓ O **Open RAN** está a fomentar a colaboração entre fabricantes de equipamentos, ao separar *hardware* e *software*, permitindo aos operadores misturar e conjugar equipamentos e soluções técnicas distintas, reduzindo custos e aumentando a concorrência. Esta tendência tecnológica está a ter um papel essencial no aumento da cobertura de rede para além das zonas urbanas como o exemplo é o da Vodafone na Roménia, onde começou a implementação comercial em mais de 20 cidades.

iii. Atratividade e competitividade do setor das comunicações por redes de satélites:

- ✓ A Vodafone UK em parceria com a AST *SpaceMobile*, dona da rede de satélites *BlueBird* LEO, fez testes que comprovaram a capacidade técnica para que possa prestar um serviço em qualquer parte do mundo de acesso à internet ou videochamada, em *smartphones*, através da interligação de comunicações satélite com redes móveis terrestres, que levarão, em 2025, ao lançamento comercial de um serviço de banda larga por satélite “*direct-to-smartphone*”;

- ✓ A AST *SpaceMobile* anunciou um investimento estratégico de 155 milhões de dólares por parte de gigantes como a AT&T, Google e Vodafone, de forma a poder prosseguir a ambição de ser a primeira e única rede de banda larga móvel sob redes no espaço (*space-based cellular broadband network*), que seja acedida diretamente por vulgares *smartphones*;
 - ✓ A parceria entre a indústria de satélites e o ecossistema da organização 3GPP está rapidamente a alargar o seu papel ao combate ao "*digital divide*", criando possibilidades para conectividade global indiferenciada, ininterrupta e sem falhas de cobertura, vocacionada para aplicações empresariais, para redes de transporte e para comunicações de emergência/catástrofe;
 - ✓ Um operador de satélites com uma constelação LEO lançou em 2024 um conjunto de mais de 6.200 satélites, passando a oferecer em qualquer parte do planeta, serviços de largura de banda por um preço razoavelmente competitivo.
- iv. Segurança e integridade das redes de cabos submarinos:**
- ✓ Devido à guerra na Europa, envolvendo a Rússia, 2024 ficou marcado pela preocupação dos países europeus com a segurança e integridade dos cabos submarinos ligados (ou com passagem) ao continente europeu;
 - ✓ A Nokia vendeu ao governo francês por 350 milhões de euros, a ASN (*Alcatel Submarine Networks*);
 - ✓ A TIM em Itália, vendeu ao governo italiano a Sparkle, o seu operador de rede fixa, que presta serviços de conectividade empresarial e detém as infraestruturas, incluindo a sua unidade de cabos submarinos.
- v. Movimentos de consolidação e fusão ou compra de Operadores ou de Redes:**
- ✓ Destaque para a compra pela Verizon (EUA) da *Frontier Communications* (EUA), num negócio que avalia em 20 mil milhões de dólares o operador de fibra comprado e atribui à Verizon uma base de clientes fibra de 2,2 milhões, a acrescer aos 7,4 milhões existentes e que têm serviços FIOS;
 - ✓ Aprovação europeia da fusão entre a Orange Espanha com a MásMóvil, dando origem ao principal operador integrado espanhol, a MásOrange (+O).
- vi. Operadores vendem ou alugam as suas Redes de Fibra a Operadores ou a Fundos de investimento:**
- ✓ A Digi Espanha vendeu à Onivia (operador grossista espanhol detido pelo fundo Macquarie), por 750 milhões de euros, uma infraestrutura FTTH com cobertura de 6 milhões de casas em 12 províncias;
 - ✓ A MásOrange em Espanha realizou uma parceria com a Telefónica, passando a ter acesso a 3,5 milhões de casas, propriedade da Telefónica e da sua subsidiária Bluevia (operador grossista em zonas rurais);

- ✓ A Digi Espanha fez um acordo de longo prazo com a Telefónica para passar a ser MNO, mas também diversos termos de partilha, seja da RAN, de espectro em 3.5 GHz, da rede fixa, incluindo ainda um acordo de *roaming* nacional e o prolongamento por 10 anos do acordo de acesso *Wholesale* à Oferta *Bitstream* da Telefónica.

Os operadores mundiais enfrentam um desafio de transformação, que exige a transição de um modelo tradicional, baseado na oferta de serviços “*commodity*”, em que fornecem soluções tecnológicas completas e desempenham um papel fundamental no novo ecossistema digital.

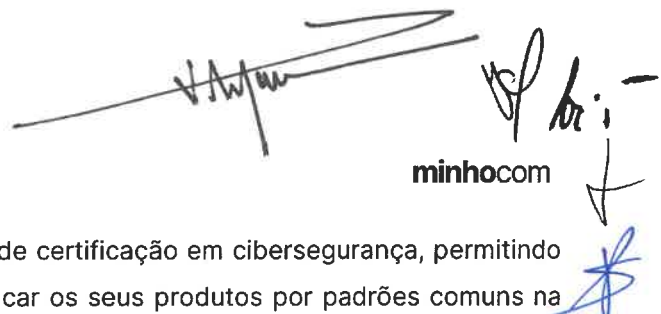
Para que os operadores se mantenham competitivos, as estratégias mais eficazes deverão focar-se na aceleração da digitalização dos seus processos de negócios, na criação de novas abordagens de mercado baseadas na gestão de dados e inteligência artificial, e na implementação de modelos de negócios inovadores, como as soluções *Telco-as-a-Platform* (TaaP) e a co-criação dentro de ecossistemas tecnológicos colaborativos.

No âmbito da evolução do setor de telecomunicações, destacam-se as áreas de negócio que, segundo a consultoria IDC, se preveem ser as mais promissoras nos próximos anos e onde os operadores podem esperar melhores retornos do investimento, como é o caso da fibra ótica, IoT, UCaaS, SD-WAN, serviços digitais, serviços de satélite LEO, serviços *cloud*, serviços de segurança em Tecnologias de Informação, APIs de rede e de partilha de rede e finalmente serviços 5G *Advanced*.

A nível nacional, em 2024, o setor das telecomunicações destacou-se pelos seguintes resultados e atividades, de acordo com a informação da ANACOM relativa ao final do 3º trimestre:

- ✓ As receitas acumuladas dos operadores portugueses no negócio retalhista cresceram 4,8% em relação ao mesmo período de 2023;
- ✓ Prevê-se que o setor encerre 2024 com receitas globais superiores a 4 mil milhões de euros, registando, contudo, um crescimento inferior ao do ano anterior;
- ✓ Esse menor crescimento deve-se ao facto de, no início de 2024, os principais operadores retalhistas terem aplicado aumentos de preços inferiores nos pacotes de serviços (4,3% contra 7,8% em 2023);
- ✓ O maior contributo para o aumento das receitas do setor (6,9%) veio dos pacotes 4/5P (quadruple/quíntuplo *play*). As receitas dos serviços móveis não integrados em pacotes foram a segunda rubrica que mais cresceu (2,9%), atingindo mais de mil milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, representando um terço do total do setor;

- ✓ A **implementação de estações base 5G** registou um aumento de 24%, impulsionado pela entrada da Digi no mercado. A NOS lidera com 37% das estações, seguida pela Vodafone (35%), Digi (16%) e MEO (12%). A cobertura 5G alcançou 73% das freguesias, embora 12,9% do território e 6,4% da população ainda não tenha acesso. Cerca de 25% das estações estão em áreas de baixa densidade populacional, com uma média de 127 estações base 5G por 100 mil habitantes;
- ✓ No que diz respeito a **cabos submarinos e Data Centers**, Portugal ganhou maior visibilidade e atratividade para *players* internacionais. Um estudo da DE-CIX indica que Portugal e Espanha estão prestes a tornar-se num mega hub regional e numa porta alternativa para o fluxo internacional de dados. O crescimento dos sistemas de cabos submarinos que chegam à região, aliado à expansão da capacidade instalada em centros de dados, reforça essa tendência;
- ✓ Em 2024, foram anunciados investimentos para novas rotas terrestres e submarinas de fibra ótica, interligando Sines a Lisboa e Espanha;
- ✓ O governo português declarou o cabo submarino **2Africa** como projeto de interesse público, facilitando o acesso a apoios cruciais para viabilizar a sua instalação em Portugal. Este cabo, promovido pela Meta e operadores internacionais, será o mais longo do mundo, com 45.000 km de extensão, ligando África, Europa e Ásia;
- ✓ Relativamente a **operações corporativas no setor das telecomunicações**, realça-se o início da atividade da Digi em Portugal, bem como a aquisição da Nowo à MásMovil, pela Digi por 150 milhões de euros, com aprovação da Autoridade da Concorrência. Essa operação permitiu à Digi aceder à rede de fibra e HFC da Nowo, ao espectro 5G e a uma base de clientes de serviços fixos e móveis, além de contratos de distribuição de canais de TV nacionais;
- ✓ Os principais operadores anunciaram ofertas limitadas baseadas na tecnologia XGS-PON, proporcionando velocidades simétricas de 10 Gbps;
- ✓ Foi iniciada a disponibilização de serviços de internet com routers Wi-Fi 7, que garantem melhor cobertura indoor e permitem a ligação simultânea de mais dispositivos, maximizando os débitos proporcionados pela tecnologia XGS-PON;
- ✓ A Vodafone realizou testes bem-sucedidos em laboratório para a tecnologia 50G-PON, que permitirá débitos simétricos superiores a 10 Gbps;
- ✓ A **nível regulatório**, a ANACOM, lançou o Centro de Resposta a Incidentes de Segurança para reforçar a cibersegurança do setor, preparando-se para cumprir as exigências da diretiva europeia NIS2;
- ✓ A UE aprovou o regulamento "*Gigabit Infrastructure Act*", destinado a reduzir custos e acelerar a implementação de redes de fibra ótica e 5G;



minhocom

- ✓ Foi aprovado o primeiro esquema europeu de certificação em cibersegurança, permitindo aos fabricantes de *chips* e *hardware* certificar os seus produtos por padrões comuns na EU.

A nível operacional, e analisando os dados publicados pela Autoridade Nacional de Comunicações, no que diz respeito ao serviços *over-the-top* (OTT), em 2024, cerca de 84,2% dos utilizadores com acesso à Internet efetuaram chamadas de voz ou vídeo *online*, mais 1,8 p.p. do que em 2023. Portugal continuou acima da média da UE27 (+5,7 p.p.), ocupando a 7.^a posição do *ranking* da utilização deste tipo de serviços.

A taxa de penetração de *instant messaging* atingiu 93,3% e 42,8% dos utilizadores de Internet subscreveram *videostreaming* pago. Entre outros serviços *over-the-top*, destacam-se a pesquisa de informação sobre produtos ou serviços (87,9%), a troca de *e-mails* (86,7%) a leitura de notícias de jornais e revistas *online* (82,1%) e o acesso às redes sociais (79,6%) com elevados níveis de participação entre os utilizadores de Internet em Portugal em 2024. O acesso a notícias *online* em Portugal foi significativamente superior à média da UE27 (+12,1 p.p.).

O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes no final do primeiro semestre de 2024, em relação ao mesmo período ano anterior.

Evolução do número de clientes residenciais com acesso a Redes de Alta Velocidade

NUTS II	3T 2023	3T 2024	Var 3T 2024/ 3T 2023 (%)
	N.º de Clientes Residenciais	N.º de Clientes Residenciais	
NORTE	1.150	1.184	3,0
CENTRO	534	561	5,2
OESTE E VALE DO TEJO	275	288	4,9
A.M. LISBOA	850	863	1,6
PENÍNSULA DE SETÚBAL	335	343	2,3
ALENTEJO	130	136	4,8
ALGARVE	184	196	6,7
R.A. AÇORES	83	85	2,3
R.A. MADEIRA	90	93	3,1
TOTAL	3.630	3.750	3,3

Unidade: Milhares de agregados domésticos privados (famílias).

Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, no terceiro trimestre de 2024 (3T 2024), o número de clientes residenciais que dispunham de serviços de alta velocidade em local fixo ascendeu a cerca de 3,75 milhões, mais 3,3% do que o registado em igual período do ano anterior. Conforme informação disponibilizada pela ANACOM, cerca de sete em cada dez clientes residenciais de redes de alta velocidade contrataram um serviço suportado em redes de fibra ótica (FTTH).

Dado o posicionamento da entidade no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados, o número de assinantes de televisão por subscrição, no 3T 2024, 96,7% (-1,1 p.p. face ao período homólogo) das famílias dispunham do serviço de distribuição de sinais de televisão por subscrição (TVS).

O número de assinantes foi de 4,6 milhões, mais 75 mil do que no mesmo período do ano anterior. O ritmo de crescimento do número de assinantes deste serviço abrandou, registando-se o crescimento anual (+1,7%) mais baixo desde 2006. O crescimento do serviço deveu-se às ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH), que registaram mais 173 mil assinantes face ao ano anterior (+6%), atingindo 3,1 milhões de assinantes. Este crescimento resultou não só da captação de novos clientes, mas também da transferência para FTTH/B de clientes que anteriormente se encontravam suportados noutras redes.

A tabela seguinte detalha estes efeitos.

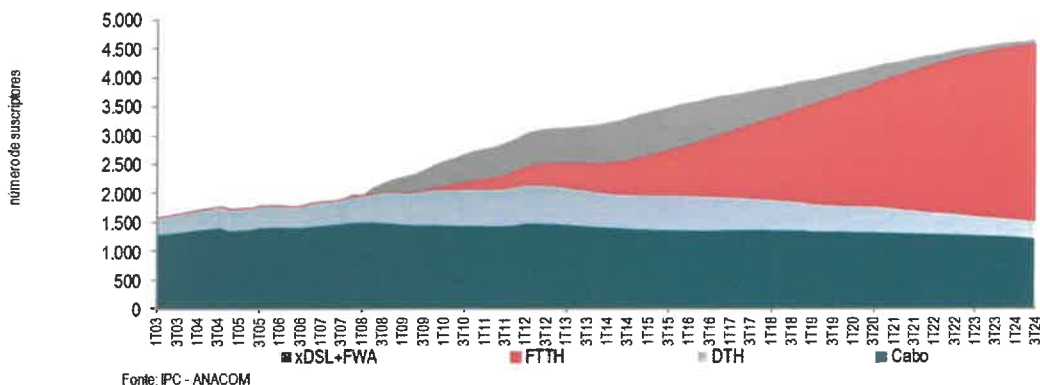
Número de assinantes de TV por Subscrição

- por tecnologia -

	3T23	3T24	Δ (%)
Cabo	1.243	1.200	-3,5%
DTH	334	308	-7,6%
FTTH	2.882	3.055	6,0%
xDSL+FWA	103	73	-28,7%
Outro	0	1	n.a.
Total	4.562	4.637	1,7%

Desde 2018 a tecnologia FTTH tem sido a principal forma de acesso a este serviço, como se pode apreciar no gráfico seguinte. No terceiro trimestre de 2024, a tecnologia FTTH suportou 65,9% do total de assinantes, seguindo-se a TV por cabo (25,9%), a TV via satélite – DTH (6,6%) e o ADSL (1,6%).

Evolução histórica das tecnologias de suporte da TV por Subscrição



No final do 3T 2024, a MEO foi o prestador com a quota de assinantes do serviço de distribuição de sinais de TV por subscrição mais elevada (41,9%), seguindo-se o Grupo NOS (36,1%), a Vodafone (19,3%) e a NOWO (2,6%). A MEO e a Vodafone foram os prestadores que, em termos líquidos, mais assinantes captaram face ao mesmo período do ano anterior, tendo as suas quotas aumentado 0,5 p.p. e 0,2p.p., respetivamente. Por outro lado, diminuíram as quotas do Grupo NOS (-0,4 p.p.) e da NOWO (-0,2 p.p.).

Quotas do serviço de distribuição de sinais de TV por Subscrição

Operador	3T2023	3T2024	Δ (p.p.)
MEO	41,4	41,9	0,4
Grupo NOS	36,5	36,1	-0,4
NOS Comunicações	34,2	33,8	-0,4
NOS Madeira	1,6	1,6	0,0
NOS Açores	0,8	0,8	0,0
Vodafone	19,1	19,3	0,2
NOWO	2,8	2,6	-0,2
Outros prestadores	0,1	0,1	0,0

Unidade: %

Fonte: ANACOM

Em relação ao número de clientes de acesso à Internet em local fixo, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o número de acessos de banda larga fixa aumentou em 113 mil acessos (+2,5%), tendo atingido 4,7 milhões.

A fibra ótica (FTTH/B) foi a principal forma de acesso à Internet em banda larga fixa, atingindo 68% do total de acessos, mais 2,4 p.p. do que no 3T 2023. A FTTH foi também responsável pelo crescimento do número de acessos. Nos últimos 12 meses, o número de acessos suportados em fibra ótica aumentou em 187 mil acessos (+6,2%). Os acessos suportados em redes de TV por cabo diminuíram 2,8%, representando 24,4% do total. Os acessos fixos suportados nas redes móveis diminuíram 3,1%, tendo um peso de 5% (-0,3 p.p.). Os acessos ADSL mantiveram a tendência decrescente, tendo diminuído 28,1%, substituídos por acessos de nova geração. O ADSL representa 2,1% do total de acessos (-0,9 p.p.), conforme se pode analisar na tabela abaixo.

Número de acessos à Internet em local fixo

	3T2023	3T2024	Δ %
Total de acessos, dos quais:	4.572	4.685	2,5%
Acessos FTTH/B	3.001	3.188	6,2%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	65,6%	68,0%	4%
Acessos modem cabo	1.178	1.145	-2,8%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	25,8%	24,4%	-5%
Acessos ADSL	139	100	-28,1%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	3,0%	2,1%	-30%
Acessos de Rede Móvel (GSM/UMTS/LTE/...)	244	236	-3,1%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	5,3%	5,0%	-5%
Outros acessos	11	17	45,7%
<i>% do Total de banda larga fixa</i>	0,2%	0,4%	42%

Unidade: Milhares de acessos

Fonte: ANACOM

Nos mercados do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa, estão presentes quatro entidades com quotas de subscritores relevantes: a MEO (41,3%), o Grupo NOS (33,7%), a Vodafone (21,9%) e a NOWO (2,6%). Em comparação com o trimestre homólogo, a quota da MEO aumentou 0,2 p.p. e a quota da Vodafone manteve-se inalterada, enquanto as quotas da NOWO e do Grupo NOS diminuíram 0,2 p.p., e 0,1 p.p., respetivamente. A MEO foi o prestador que captou mais acessos em termos líquidos.

A quota de mercado em número de acessos detida por cada um dos operadores apresenta-se no quadro a seguir.

Quotas de acessos à Internet em local fixo

Operador	3T2023	3T2024
Grupo Altice (MEO)	41,1	41,3
Grupo NOS	33,8	33,7
NOS Comunicações	31,6	31,5
NOS Madeira	1,5	1,5
NOS Açores	0,7	0,7
Vodafone	21,9	21,9
NOWO	2,8	2,6
Outros prestadores	0,4	0,6

Unidade: %

Fonte: ANACOM

No 3T 2024, 92,0% dos acessos de banda larga fixa eram acessos de banda larga ultrarrápida (i.e., velocidade de *download* superior ou igual a 100 Mbps), tendo os acessos com velocidades iguais ou superiores a 1 Gbps ascendido a 17,7%. Em termos internacionais, em dezembro de 2023, Portugal era o quarto país da UE27 com a maior proporção de acessos com velocidades de *download* iguais ou superiores a 100 Mbps (89,7%), de acordo com a Comissão Europeia.

No final do 3T 2024, de acordo com a informação reportada pelos operadores, o número de estações de base instaladas no território nacional com tecnologia 5G, ascendia a 10.592 estações. Tal representa um acréscimo de 2% do número de estações face ao reportado no final do trimestre anterior.

Analisando os dados por operador, a NOS é aquele que instalou mais estações de base 5G (4.780), sendo seguido pela Vodafone (4.276) e pela MEO (1.536). No que respeita à variação do número de estações instaladas por operador, face ao trimestre anterior, a Vodafone cresceu 3,4% (+ 139 estações), a NOS 1,5% (+ 70 estações) e a MEO 1,0% (+15 estações).

Verifica-se que continua a existir uma maioria de estações 5G (55% do total, correspondendo a 5.858 estações) localizadas em Áreas Predominantemente Urbanas. Adicionalmente, apurou-se que cerca de 16% (1.652 estações) estão instaladas em Áreas Mediamente Urbanas e 29% (3.082 estações) em Áreas Predominantemente Rurais.

Relatório & Contas 2024



minhocom

O Plano Plurianual de Atividades da ANACOM 2025-2027 integra as orientações estratégicas para o triénio 2025-2027 e as principais ações que serão realizadas nesse período, com relevo para as relativas a 2025. A atuação da ANACOM assenta nos seguintes objetivos:

- Assegurar uma regulação evolutiva que promova a conectividade e mercados concorrenciais e dinâmicos, incentivando o investimento, a inovação e a diversidade de ofertas, garantindo preços adequados para a população;
- Capacitar e proteger os utilizadores finais, reforçando a proteção dos consumidores e utilizadores, promovendo a segurança nas plataformas online e incentivando a literacia digital e de consumo;
- Promover o desenvolvimento dos ecossistemas digital e espacial, adaptando e evoluindo as práticas regulatórias para acompanhar os avanços tecnológicos e a transformação digital;
- Promover a inovação nos procedimentos associados à gestão dos bens públicos indispensáveis às comunicações, assegurando a disponibilização eficiente do espectro ao mercado, com destaque para as faixas dos 700 MHz e 26 GHz;
- Promover a segurança e resiliência das comunicações e do ecossistema digital, contribuindo para a identificação de infraestruturas críticas e implementando medidas legislativas adequadas;
- Reforçar e capacitar a organização e fortalecer o seu reconhecimento externo, garantindo a sustentabilidade ambiental e social e promovendo a reputação da ANACOM como regulador independente e eficaz.

Estes objetivos reforçam a missão da ANACOM de garantir um setor das comunicações eficiente, inovador e acessível para todos.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
minhocom *[Handwritten mark]*
[Handwritten mark]

2. Atividade da entidade

A **minhocom**, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM, doravante designada por “**minhocom**”, ou “entidade”, foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de “*Equal Access Networks*”, no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

À semelhança dos períodos anteriores, a sua atividade, ao longo de 2024, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

O conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, segue sem resolução clara e continua a impactar diversas áreas, especialmente no que diz respeito à segurança energética e alimentar. No final de 2023, o conflito israelo-palestiniano escalou drasticamente, criando tensões políticas internacionais e uma nova onda de instabilidade no Oriente Médio. Esta escalada aumentou a volatilidade nos mercados globais, especialmente nos preços do petróleo, dada a importância da região para o fornecimento energético mundial. O conflito gerou ainda uma nova crise humanitária, com milhares de civis afetados e um aumento das tensões entre potências regionais e globais. No entanto, intensificam-se todos os esforços para promover cessar-fogo e negociações de paz.

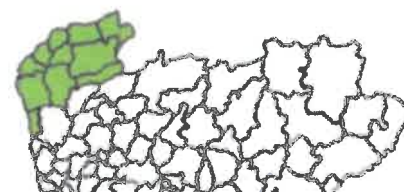
A crise energética desencadeada pela guerra continuou a impulsionar a transição para energias renováveis em toda a Europa em 2024.

No ano de 2024, a economia mundial encontrava-se ainda bastante afetada pelos anos anteriores, mas com alguns sinais de recuperação gradual. A inflação começou a desacelerar, especialmente em economias avançadas, como a da zona do euro e os Estados Unidos. No entanto, os preços de alimentos e energia ainda estavam elevados em muitas partes do mundo, particularmente em países em desenvolvimento, onde o impacto das crises anteriores foi mais severo.

A nível nacional, o ano de 2024 manteve um crescimento do PIB, ligeiramente acima da previsão governamental de 1,8%, impulsionado pelo consumo privado e por exportações de bens e serviços, incluindo o turismo. O Conselho Europeu criou o *Next Generation EU*, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise, para o período de 2021-2027, que visa promover a resiliência e

a convergência económica, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital. Este instrumento contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), assente em três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. O PRR vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. A implementação das reformas que lhe estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela **minhocom** assume a configuração nos municípios constante na imagem e abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.



2.1. Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da **minhocom** implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

2.2. Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a **minhocom** um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente registo histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a **minhocom** se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente

alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

2.3. Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais.

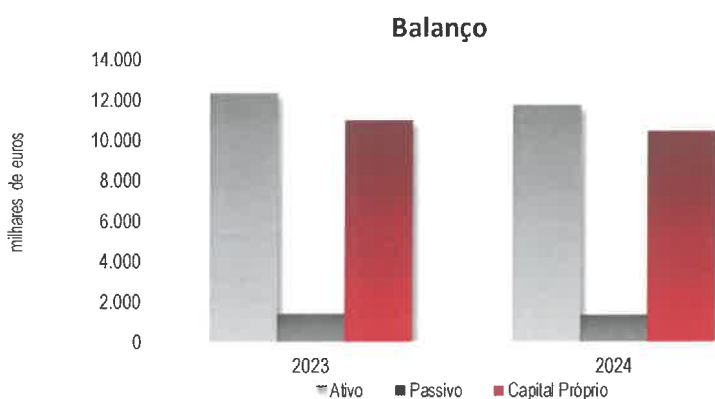
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à **minhocom** ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.4. Análise económico-financeira

À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2024, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis (11,6 milhões de euros), os saldos a receber de Clientes (96,9 mil euros) e as Disponibilidades (24 mil euros). No lado do Passivo, ressaltam as rubricas relativas a Outras dívidas a pagar não correntes (836,3 mil euros), que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos (290 mil euros) do passivo corrente.

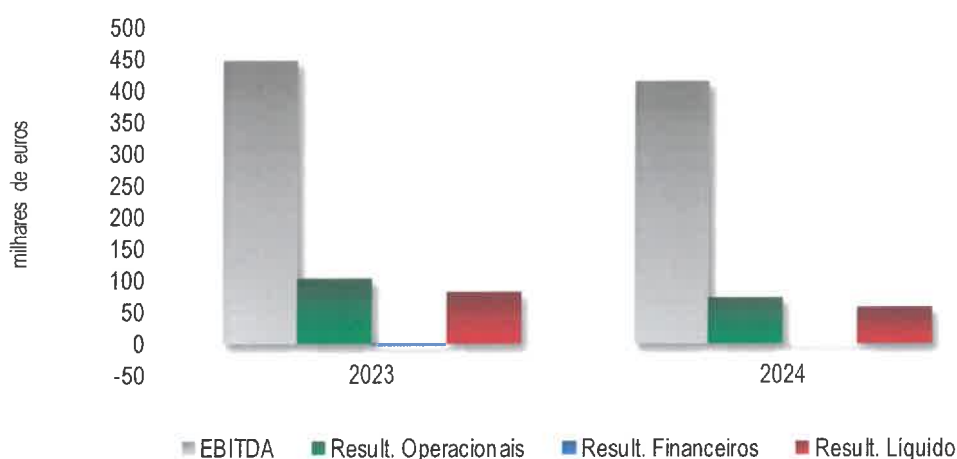
Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010.



V. Silva
Y. Br. -
minhocom
↓
§

No que respeita ao Capital próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000,00 euros e na rubrica Outros instrumentos de capital próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 9,1 milhões de euros. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante inicial de 3,5 milhões de euros, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Após a fusão (2015), foi ali também considerado o subsídio governamental obtido pela **valicom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim no mesmo âmbito e no valor inicial de 4,6 milhões de euros. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 89%.

Demonstração dos Resultados



No que concerne à operação económica da entidade em 2024, a contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais positivos em 2024. O EBITDA da entidade cifrou-se em 417,8 mil euros, o que representa uma notável evidência da sustentabilidade operacional da **minhocom**.

O volume de negócios rondou os 602,5 mil euros no ano (-7,1 mil euros face a mesmo período de 2023), com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 57,6 mil euros (-28,9% face a 2023).

Apesar deste ligeiro decréscimo no volume de negócios e resultado líquido do período, a **minhocom**, manteve uma excelente performance da sua atividade operacional, como refletem positivamente os seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2022	2023	2024
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	486.587	475.810	458.286
EBITDA*	443.233	450.240	417.794
EBITDA %	73,76%	74,93%	69,35%
Fluxo de caixa das atividades operacionais *	614.032	391.730	453.403
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	89,38%	89,05%	89,41%
Liquidez Geral	57,22%	47,39%	33,24%
Solvabilidade Total	841,81%	813,10%	844,32%

*Valores em euros

Salienta-se que, não só a **minhocom** obteve um notável rácio de autonomia financeira (89,41%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2024, a entidade gerou um fluxo de caixa operacional de 453 mil euros, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

4. Perspetivas futuras

As projeções de curto prazo preveem que o crescimento da economia portuguesa se mantenha e em linha com a da zona euro. Tal como nos últimos anos, a economia beneficiará do dinamismo das exportações, refletindo a recuperação da procura de alguns serviços após a pandemia, bem como do dinamismo do mercado de trabalho, que tem sido influenciado pelo crescimento da população ativa e por fluxos migratórios líquidos positivos. A inflação continuará a diminuir, convergindo para 2,1%, tal como na zona euro e em conformidade com o objetivo do Banco Central Europeu. A execução eficiente dos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas que lhe estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

Assim, no decorrer do período de 2025 espera-se que os promotores da **minhocom**, bem como as entidades locais de interesse público para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede de fibra ótica de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da **minhocom**, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

5. Ações próprias

No decurso do período de 2024 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2024, a sociedade não detinha ações próprias.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

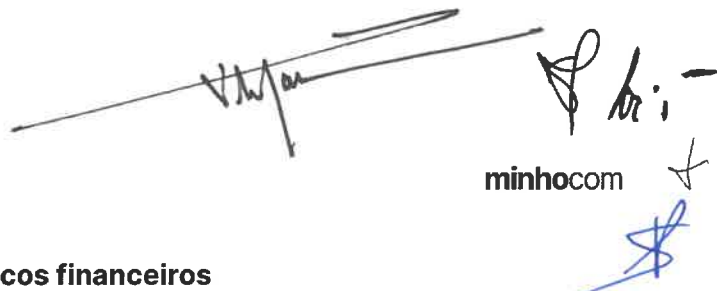
Durante o período de 2024 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2024, positivo no valor de 57.610,06 euros (cinquenta e sete mil, seiscentos e dez euros e seis cêntimos), seja mantido em Resultados Transitados.



Handwritten signature and stamp. The stamp includes the text "minhocom" and a blue checkmark.

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

Gestão dos riscos financeiros

A atividade da entidade está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A gestão do risco implica a identificação, avaliação e realização de coberturas de riscos financeiros com base nos princípios definidos pelo Conselho de Administração, entre os quais o risco de taxa de juro e de crédito.

Risco de mercado

A entidade não identifica nenhuma situação específica ao nível do seu risco de mercado, nomeadamente no que respeita à procura ou aos produtos e serviços transacionados que possa vir a afetar de forma significativa a sua atividade futura, não obstante a manutenção do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia estar a provocar uma escalada dos preços dos combustíveis e das matérias-primas.

Risco de taxa de juro

O Conselho de Administração da entidade não considera, atualmente, a hipótese de cobertura de risco relativamente à variação da taxa de juro, na medida em que as suas demonstrações financeiras à presente data não são afetadas pela mesma.

Risco de crédito

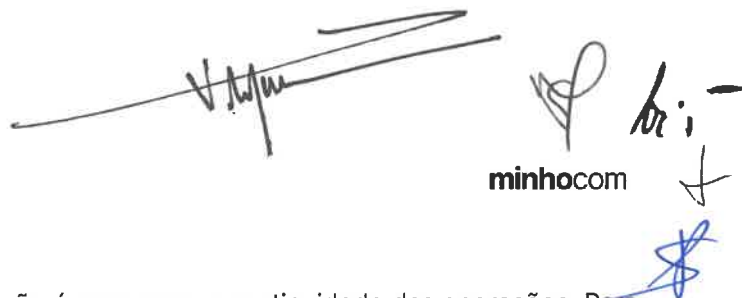
O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes das transações decorrentes da atividade. O risco de crédito é avaliado tendo em conta o histórico de relação comercial, a situação financeira do devedor, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da entidade.

Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

Risco de liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é acompanhado semanalmente.



minhocom

Risco de capital

O objetivo primordial do Conselho de Administração é assegurar a continuidade das operações. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura adequada dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo.

10. Impacto dos conflitos armados e da guerra comercial nas demonstrações financeiras

O cenário geopolítico mundial encontra-se permeado de incertezas, sendo a Guerra na Ucrânia, o conflito Israelo-Palestiniano e a guerra comercial os principais catalisadores. A situação na Ucrânia perdura há mais de três anos, exercendo impacto significativo na inflação mundial, com especial ênfase na área do euro. Até o momento, não se vislumbram perspectivas de resolução definitiva deste prolongado conflito.

Em 7 de outubro de 2023, o mundo testemunhou um ataque terrorista em Israel, agravando as já delicadas relações entre Israel e a Palestina e resultando num conflito militar entre essas nações. Devido à complexa história da região, diversas potências mundiais estão a tomar posições opostas, gerando um cenário de considerável incerteza não apenas na economia daquela região, mas também nas relações diplomáticas entre vários países, incluindo os Estados-membro da União Europeia.

Mais recentemente, os Estados Unidos da América anunciaram um pacote tarifário aduaneiro alargado, resultando na imposição de uma tarifa mínima global de 10% sobre os produtos importados e taxas mais agravadas sobre alguns parceiros económicos. A instabilidade em torno das questões tarifárias, a severidade das propostas apresentadas e a possibilidade de retaliação pelos outros países relançaram os receios de um abrandamento da economia norte-americana e da economia global. As tarifas afetam a alocação de recursos e a incerteza em torno das mesmas afeta a confiança de consumidores e empresas.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da Entidade em 2024, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da Entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024.

11. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

12. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

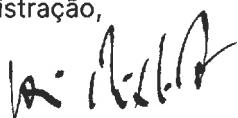
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 27 de maio de 2025. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

13. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins; *Vogal e Administrador Executivo*



Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Informamos que à data de 31 de dezembro de 2024, e à presente data, os membros do Órgão de Gestão e de Fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade e, durante o período de 2024, não realizaram quaisquer aquisições ou alienações de ações da entidade.

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins; *Vogal e Administrador Executivo*



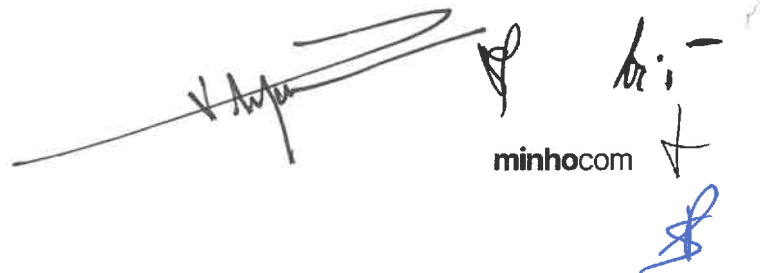
Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



A handwritten signature in black ink is written over a horizontal line. To the right of the signature is a circular stamp containing the text 'minhocom' and a checkmark. Further to the right, there is another handwritten signature in blue ink.

C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins

Vogal: Emília da Graça Neto Cerdeira

Vogal: Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Olegário Gomes Gonçalves

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)

D) Demonstrações Financeiras Individuais

Balança Individual em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	11.575.216,38	12.134.407,39
		11.575.216,38	12.134.407,39
Ativo corrente			
Clientes	7	96.857,84	167.404,90
Estado e outros entes públicos	9	4.991,52	-
Outros créditos a receber	8	7.549,10	13.659,32
Diferimentos	10	803,55	306,00
Caixa e depósitos bancários	4	23.985,69	20.582,53
		134.187,70	201.952,75
Total do ativo		11.709.404,08	12.336.360,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	9.113.597,46	9.563.597,46
Reservas legais	13	20.000,00	20.000,00
Resultados transitados	14	(2.345.242,11)	(2.426.279,14)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	3.523.460,82	3.646.967,35
Resultado líquido do período		57.610,06	81.037,03
Total do capital próprio		10.469.426,23	10.985.322,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	17	836.327,46	924.905,57
		836.327,46	924.905,57
Passivo corrente			
Fornecedores	16	58.316,58	38.999,05
Estado e outros entes públicos	9	8.107,70	41.463,89
Outras dívidas a pagar	17	47.248,75	55.691,57
Diferimentos	10	289.977,36	289.977,36
		403.650,39	426.131,87
Total do passivo		1.239.977,85	1.351.037,44
Total do capital próprio e do passivo		11.709.404,08	12.336.360,14

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Suzana Maria da Rocha Ferreira Martins

Daniela Filipa da Silva Martins

Paulo Sousa

Arden

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	18	602.468,85	609.566,94
Fornecimentos e serviços externos	19	(170.855,89)	(151.441,05)
Gastos com o pessoal	20	(41.271,42)	(43.827,80)
Outros rendimentos	21	30.310,70	39.028,38
Outros gastos	22	(2.858,33)	(3.086,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		417.793,91	450.239,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 15	(347.106,37)	(347.106,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70.687,54	103.133,33
Juros e gastos similares suportados	23	-	(0,29)
Resultado antes de impostos		70.687,54	103.133,04
Imposto sobre o rendimento do período	24	(13.077,48)	(22.096,01)
Resultado líquido do período		57.610,06	81.037,03
Resultado por ação básico		2,88	4,05

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins

Daniela Filipa da Silva Nunes

Adem

Sauzeira

V. Silva

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2024

Unidade monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2024		100.000,00	9.563.597,46	-	20.000,00	-	(2.426.279,14)	3.646.967,35	81.037,03	10.985.322,70
Alterações no período										
Aplicação do resultado do período de 2023							81.037,03		(81.037,03)	-
Alterações em outras variações no capital próprio:										
Método de equivalência patrimonial	15							(212.084,64)		(212.084,64)
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período								88.578,11		88.578,11
Ajustamento em subsídios								(123.506,53)	(81.037,03)	(123.506,53)
Resultado líquido do período									57.610,06	57.610,06
Resultado integral									57.610,06	57.610,06
Operações com detentores de capital no período	12		(450.000,00)							(450.000,00)
Prestações acessórias			(450.000,00)							(450.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2024		100.000,00	9.113.597,46	-	20.000,00	-	(2.345.242,11)	3.523.460,82	57.610,06	10.469.426,23

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração

[Assinatura]
 Socia Maria da Rocha Ferreira Martins

[Assinatura]
 Gidein

[Assinatura]
 Saulgusa

[Assinatura]

A Contabilista Certificada n.º 87721,

[Assinatura]
 Daniela Filipada Silva Fines

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2023

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2023		100.000,00	10.043.597,46	-	20.000,00	-	(2.510.005,98)	3.814.513,27	83.726,84	11.551.831,59
Alterações no período										
Aplicação do resultado do período de 2022										
Alterações em outras variações no capital próprio:							83.726,84		(83.726,84)	-
Método de equivalência patrimonial										
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	15							(212.084,64)		(212.084,64)
Ajustamento em subsídios								44.538,72		44.538,72
Resultado líquido do período							83.726,84	(167.545,92)	(83.726,84)	(167.545,92)
Resultado integral									81.037,03	81.037,03
Operações com detentores de capital no período										
Prestações acessórias	12		(480.000,00)							(480.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2023		100.000,00	9.563.597,46	-	20.000,00	-	(2.426.279,14)	3.646.967,35	81.037,03	10.985.322,70

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,



Associação da Rocha Ferreira Freitas





A Contabilista Certificada n.º 87721



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		709.742,08	585.295,29
Pagamentos a fornecedores		(171.894,15)	(140.321,00)
Pagamentos ao pessoal		(51.124,83)	(43.877,68)
Caixa gerada pelas operações		486.723,10	401.096,61
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(33.319,94)	(9.366,68)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		453.403,16	391.729,93
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)			
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(0,29)
Restituição de prestações acessórias		(450.000,00)	(480.000,00)
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(450.000,00)	(480.000,29)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	20.582,53	108.852,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	23.985,69	20.582,53

Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Soraia Pereira da Rocha Ferreira Martins *Daniela Filipa das Neves*

67-6000
Paulo Sousa



minhocom



Anexo em 31 de dezembro de 2024

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: **minhocom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim

Sede social: Avenida Miguel Dantas, n.º 69, Valença

Data de constituição: 20 de março de 2008

N.º de contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas

Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de “entidades” para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma microentidade. No entanto, a entidade exerceu a opção prevista no n.º 2 do art.º 9.º - D daquele diploma, aplicando o regime geral composto pelas NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

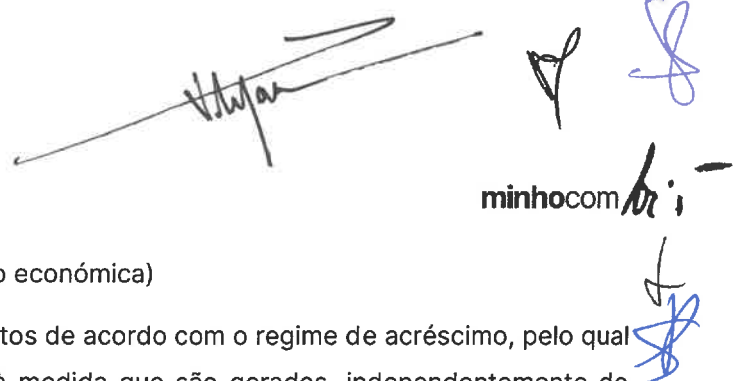
3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.



3.1.2. Regime de acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas “Diferimentos”, “Outros créditos a receber” ou “Outras dívidas a pagar”.

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	1 a 8	12,5 a 100

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não

reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao custo amortizado, substancialmente igual ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread; e
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo custo amortizado, substancialmente igual ao seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os “encargos financeiros” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito é reconhecido nos serviços prestados na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento sendo imputados na demonstração dos resultados na proporção das depreciações dos bens subsidiados.

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.


3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso

V. Silva  

hr:
↓


continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2021 a 2024, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- (i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- (ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, inventários e ativos fixos tangíveis; e
- (iii) análise da necessidade de reconhecimento de provisões.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” tem a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa	-	-
Depósitos bancários	23.985,69	20.582,53
Total de caixa e depósitos bancários	23.985,69	20.582,53

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe e outras entidades relacionadas

Têm participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho	51,01%
dstelecom, s.a.	48,99%

Relatório & Contas 2024

minhocom

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os principais saldos entre a entidade e empresas associadas são os seguintes:

Empresas do grupo	31.12.2024	31.12.2023
Empresas associadas		
dstelecom, s.a.	(9.522,87)	(1.329,01)
derivadas e segmentos, s.a.	2.356,25	951,20
dstelecom, norte, s.a.	2.124,33	(17.413,87)
dstelecom, alentejo e algarve, s.a.	1.416,22	2.488,92
	(3.626,07)	(15.302,76)

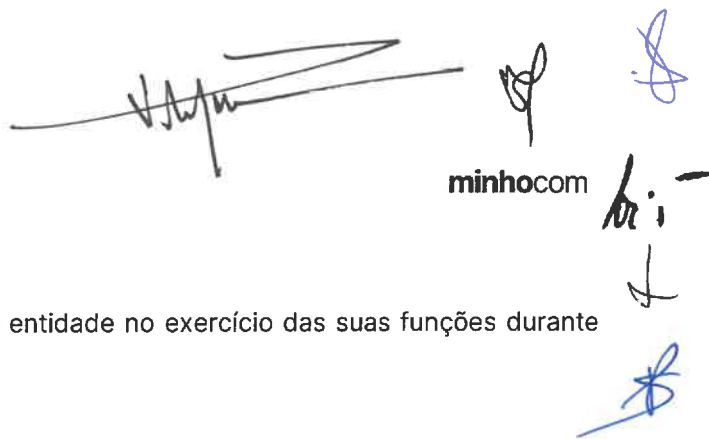
Durante o período de 2024, as principais transações entre a entidade e empresas associadas são os seguintes:

Empresas do grupo	2024		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas associadas			
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	79.145,88	-
derivadas e segmentos, s.a.	(8.531,32)	-	-
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)
	(337.275,28)	79.145,88	(21.816,70)

Durante o período de 2023, as principais transações entre a entidade e empresas associadas são os seguintes:

Empresas do grupo	2023		
	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos
Empresas associadas			
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	75.558,78	-
derivadas e segmentos, s.a.	(2.397,97)	-	-
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)
	(331.141,93)	75.558,78	(21.816,70)

Relatório & Contas 2024



minhocom

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante os períodos de 2024 e 2023 foram as seguintes:

	2024	2023
Órgãos Sociais	35.030,44	37.395,83
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	37.982,44	40.347,83

c) Não existem compromissos não reconhecidos.

d) Não foram efetuados ajustamentos de dívida de cobrança duvidosa relacionados com partes relacionadas.

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2024, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	8.076.196,26	1.860.199,91	10.700,51	9.947.096,68
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	12.134.407,39	-	-	12.134.407,39
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,01)	-	-	(559.191,01)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,01	-	-	559.191,01
Depreciações	559.191,01	-	-	559.191,01
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
5.5 Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	11.575.216,38	-	-	11.575.216,38

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2023, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2 Depreciações acumuladas iniciais	7.517.005,10	1.860.199,91	10.700,51	9.387.905,52
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	12.693.598,55	-	-	12.693.598,55
5 Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,16)	-	-	(559.191,16)
5.1 Total das adições	-	-	-	-
Aquisições em 1.ª mão	-	-	-	-
5.2 Total das diminuições	559.191,16	-	-	559.191,16
Depreciações	559.191,16	-	-	559.191,16
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	-	-	-	-
5.5 Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
5.6 Outras transferências	-	-	-	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	12.134.407,39	-	-	12.134.407,39

Nos períodos de 2024 e de 2023, a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024			2023		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento do subsídio ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(559.191,01)	212.084,64	(347.106,37)	(559.191,16)	212.084,64	(347.106,52)
	(559.191,01)	212.084,64	(347.106,37)	(559.191,16)	212.084,64	(347.106,52)

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

Não existem ativos fixos intangíveis dados como garantia.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Clientes c/c	96.857,84	167.404,90
Clientes de cobrança duvidosa	13.962,35	13.962,35
	110.820,19	181.367,25
Perdas por imparidade acumuladas	(13.962,35)	(13.962,35)
	96.857,84	167.404,90

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2024	31.12.2023
Reclamadas judicialmente	13.962,35	13.962,35
	13.962,35	13.962,35

O prazo médio de recebimento de clientes em 2024 e 2023 foi de 108,48 dias e 102,27 dias, respetivamente.

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	4.589,76	12.063,30
	4.589,76	12.063,30
Outros devedores	2.959,34	1.596,02
	7.549,10	13.659,32

V. N. P. *V* *S*

Relatório & Contas 2024

minhocom *bi-*

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Imposto sobre rendimento	4.991,52	-
	4.991,52	-
Passivo		
Imposto sobre rendimento	-	16.309,01
Retenção de impostos sobre rendimento	-	659,00
Imposto sobre o valor acrescentado	8.107,70	23.254,42
Contribuições para a Segurança Social	-	1.241,46
	8.107,70	41.463,89

f
S

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	306,00
Outros gastos	803,55	-
	803,55	306,00
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	289.977,36	289.977,36
	289.977,36	289.977,36

No que respeita aos rendimentos a reconhecer, a entidade, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de aluguer de fibra ótica escura e manutenção, faturou antecipadamente três anuidades a serem reconhecidas nos períodos 2026,2027,2028 para o cliente NOS e 2027, 2028, 2029 para o cliente Vodafone.

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade encontrando-se totalmente subscrito e realizado e manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Relatório & Contas 2024

minhocom

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo acionista privado no valor de 9.113.597,46 euros, que não vencem juros e que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

De acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral de proceder à restituição das prestações acessórias mediante disponibilidade de tesouraria, desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis, no período foram restituídas prestações acessórias no montante de 450.000,00 euros.

13. Reservas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Reservas legais	20.000,00	20.000,00
	20.000,00	20.000,00

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Entidade. Todavia pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Note-se que o valor mínimo legal de 2.500 Euros já foi alcançado.

Relatório & Contas 2024

minhocom

14. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Resultados transitados	(2.345.242,11)	(2.426.279,14)
	(2.345.242,11)	(2.426.279,14)

No presente período de 2024 foi transferido para esta rubrica o resultado líquido do período de 2023, no montante positivo de 81.037,03 Euros.

15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 euros.

Após a fusão com a entidade **valicom**, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim, em 2015, foi ali também considerado o subsídio governamental obtido por aquela entidade no mesmo âmbito e no valor de 4.635.228,64 euros.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2024, o valor reconhecido, foi de 212.084,64 euros.

Tal como explicitado na nota 3, na Demonstração dos Resultados, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

No presente período esta rubrica, que se encontra líquida do imposto a pagar (ajustamento em subsídios), foi ainda ajustada no montante de 44.039,39 euros decorrente da atualização da taxa de IRC a vigorar nos períodos seguintes.

Relatório & Contas 2024

minhocom

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores c/c	58.316,58	38.999,05
	58.316,58	38.999,05

O prazo médio de pagamentos a fornecedores, em 2024 e 2023, foi de 54,25 dias e 47,26 dias, respetivamente.

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

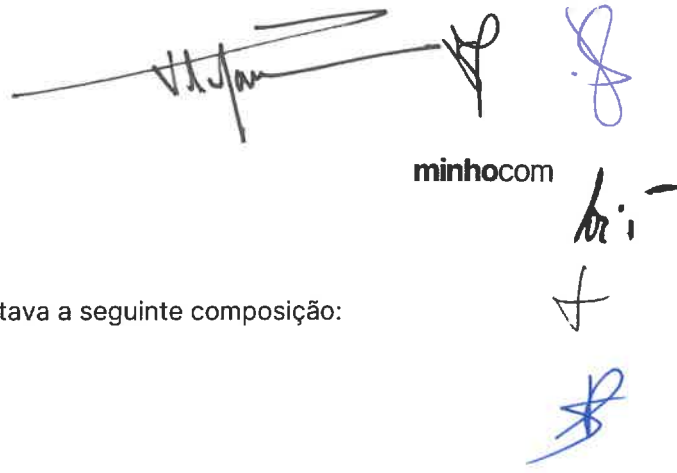
Rubricas	31.12.2024	31.12.2023
Passivo não corrente		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	836.327,46	924.905,57
	836.327,46	924.905,57
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	-	1.375,85
Remunerações a pagar	-	6.577,10
Fornecimentos e serviços externos	2.711,00	3.182,12
Outros acréscimos de gastos	-	18,75
Ajustamentos em subsídios ao investimento	44.537,75	44.537,75
	47.248,75	55.691,57

18. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2024 e de 2023, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024			2023		
	mercado interno	mercado externo	Total	mercado interno	mercado externo	Total
Serviços prestados	602.468,85	-	602.468,85	609.566,94	-	609.566,94
	602.468,85	-	602.468,85	609.566,94	-	609.566,94

Relatório & Contas 2024



minhocom
bi-

19. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Subcontratos	9.264,36	6.091,52
Eletricidade	72.519,02	58.832,51
Rendas e alugueres	70.355,88	70.355,88
Comunicação	201,00	195,00
Seguros	4.332,60	5.527,06
Contencioso e notariado	838,00	55,00
Conservação e reparação	(18,75)	225,00
Trabalhos especializados	12.000,00	8.412,90
Licenças de software	1.363,78	1.626,84
Outros FSE	-	119,34
	170.855,89	151.441,05

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

	2024	2023
Administradores	4	5
Empregados	-	-
	4	5

Em novembro de 2024, o Administrador Executivo procedeu à renúncia da sua função, tendo sido nomeado para o cargo um novo administrador com data de início de funções em janeiro de 2025.

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	35.030,44	37.395,83
Encargos sobre remunerações	5.777,90	6.076,37
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	405,22	306,61
Gastos de ação social	57,86	48,99
	41.271,42	43.827,80

Relatório & Contas 2024

21. Outros rendimentos

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Rendimentos suplementares	29.252,63	35.961,79
Excesso de estimativa para impostos	1.058,07	3.046,54
Outros rendimentos	-	20,05
	30.310,70	39.028,38

22. Outros gastos

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Impostos e taxas	2.580,00	2.835,70
Serviços bancários	232,12	250,92
	2.858,33	3.086,62

23. Juros e gastos similares suportados




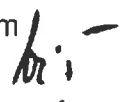


Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2024	2023
Juros de mora e compensatórios	-	0,29
	-	0,29

24. Imposto do período

Nos períodos de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
1 Resultado antes de impostos	70.687,54	103.133,04
2 Imposto corrente	13.077,48	22.096,01
3 Imposto diferido	-	-
4 Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	13.077,48	22.096,01
5 Tributações autónomas	470,84	518,41
6 Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento (6=(2+3)/1*100)	18,50%	21,42%

  
minhocom 



Relatório & Contas 2024

25. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2024) e a data de autorização para a sua emissão (27 de maio de 2025), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

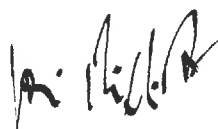
Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 27 de maio de 2025. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

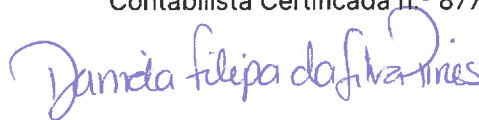
Valença, 27 de maio de 2025

O Conselho de Administração,

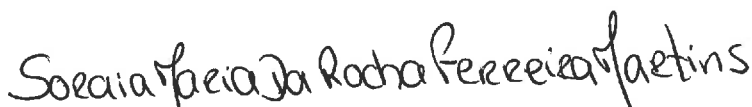


José Gonçalves Teixeira; *Presidente*

Contabilista Certificada n.º 87721,



Daniela Filipa da Silva Pires



Soraia Maria da Rocha Ferreira Martins; *Vogal e Administrador Executivo*



Emília da Graça Neto Cerdeira; *Vogal*



Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*

E) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 11.709.404,08 euros e um total de capital próprio de 10.469.426,23 euros, incluindo um resultado líquido do período de 57.610,06 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MARIJO GUMARÃES, SROC

Registo na ORCC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros
Membro de ABC & Assessorios - SROC, ACF
jmm@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. G. João B, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 621

jmm sroc

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 27 de maio de 2025.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES - SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros
 Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
info@jmmroc.pt

Escritórios

Polo de Negócios de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31 - R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 769

jmm

2

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.

ENQUADRAMENTO

Nos termos das disposições legais e estatutárias e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o presente Relatório e Parecer que abrange a atividade fiscalizadora por nós desenvolvida no período de 2024 e o relatório de gestão e as contas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M. ("Entidade") relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do órgão de gestão.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento no normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do órgão de gestão e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2024, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, todos referentes ao período findo naquela data. Adicionalmente, apreciamos o teor do relatório de gestão do período findo em 31 de dezembro de 2024 preparado e apresentado pelo órgão de gestão, o qual contém uma proposta de aplicação do resultado do período findo naquela data. Como consequência do nosso trabalho, emitimos a Certificação Legal das Contas em 27 de maio de 2025, com opinião não modificada (sem reservas), sem ênfases, sem outras matérias e sem incerteza material relacionada com a continuidade, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

PARECER

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

AGRADECIMENTOS

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao órgão de gestão e aos serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 27 de maio de 2025.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 N.º CC 503 551 033 | Capital Social 0,000 eur
 Membro de Adu S Associação de SHOC ALE
 www.minhocom.pt

Escritórios
 Palácio Reg'º 201 | Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 404-4 | Fone: Escritório 41
 4715-276 Braga - Portugal
 T: +351 253 213 061 | F: +351 253 213 061

Jmm
 Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-052 Braga - Portugal
 T: +351 253 213 061 | F: +351 253 213 756